

# Tesouros têxteis do cofre relicário da Princesa Santa Joana

Maria João Mota

*Museu de Aveiro, Av. Santa Joana Princesa, 3810-329 Aveiro, Portugal*  
*mjmota65@hotmail.com*

## Resumo

Neste artigo damos a conhecer os resultados de um estudo realizado a duas peças têxteis tradicionalmente identificadas como sendo o escapulário e a túnica pertencentes ao hábito dominicano da Princesa Santa Joana. Tendo adquirido o estatuto de relíquias, desde a data da morte da Infanta (1490), ambas as peças foram, em 1701, acondicionadas num cofre relicário de prata e vidro, especialmente encomendado para o efeito. Toda a investigação realizada para este estudo teve por base o levantamento documental e bibliográfico relacionado com o culto da Princesa Santa Joana, culto esse iniciado logo após a sua morte. Para uma contextualização das peças têxteis e da sua função, optámos por fazer uma breve introdução sobre a importância e significado das relíquias, particularizando, em seguida, o culto das relíquias no Convento de Jesus de Aveiro, com enfoque naquelas directamente relacionadas com a Princesa Santa Joana. Este texto reúne, assim, as conclusões retiradas da informação recolhida e dos dados provenientes da observação e análise cuidada das peças.

## Palavras-chave

Têxteis  
Relíquia  
Princesa Santa Joana  
Hábito religioso  
Cofre relicário

## Textile treasures in the reliquary chest of Princess Santa Joana

## Abstract

This article brings to light the results of a study undertaken on two textile objects which, according to tradition, are identified as the scapular and the tunic that belonged to the Dominican habit of Princess Santa Joana. Considered relics since the death of the princess (1490), they were stored in 1701 in a specially designed reliquary chest made of silver and crystal. The whole investigation was carried out on archival sources and published literature related to the worship of Princess Santa Joana, which begun immediately after her death. In order to contextualize the historical objects and their function, a brief introduction about the importance and meaning of the relics is made, while individualizing the worship of the relics in the Jesus de Aveiro Convent – especially those directly related with Princess Santa Joana. Therefore, this article gathers the conclusions achieved with the collected historical information and from the thorough examination of the textile objects.

## Keywords

Textiles  
Relics  
Princess Santa Joana  
Religious habit  
Reliquary chest

ISSN 2182-9942



## Relíquias – significado e categorias

Raphael Bluteau, no seu *Vocabulario Portuguez & Latino* (1728), descreve o termo relíquias como sendo “pedaços de cruz e outras coisas sagradas, das quais usou Nosso Senhor Jesus Cristo na vida, ou as quais regou com seu divino sangue no tempo da sua paixão”. Diz ainda que o mesmo termo designa um “corpo, ou alguma parte do corpo ou vestidura, ou outras coisas santificadas pelo contacto de algum santo” [1].

O culto das relíquias foi uma prática instituída e encorajada desde cedo pela Igreja Católica. Iniciado, segundo se pensa, no século II, depressa este tipo de culto se multiplicou e expandiu, atingindo o seu apogeu, na Idade Média, período de construção das grandes catedrais.

De acordo com as orientações da Igreja, as relíquias deviam inspirar à imitação de uma vida de virtudes, encorajando o crente à aproximação da conduta do santo venerado. Para serem exibidas, e simultaneamente protegidas do manuseamento indevido e do roubo, estes *tesouros* eram guardados em receptáculos selados, os relicários, os quais assumiam as mais variadas formas.

Numa sociedade assente no poder da igreja, no temor a Deus e no culto dos Santos, a presença de relíquias e a fama das suas propriedades miraculosas, facilmente atraíam novos fiéis e peregrinos aos espaços que as detinham, transformando-se, assim, numa fonte de poder, de riqueza e de prosperidade. Avultados donativos e esmolas iam contribuindo para o enriquecimento das instituições suas proprietárias.

Neste contexto, o papa Paulo III, em resposta às fortes críticas dos protestantes sobre o abuso do comércio de relíquias, no âmbito do Concílio de Trento (1545-1563), fez divulgar um conjunto de novas posturas conciliares relativas à invocação e veneração das relíquias. Entre outras disposições, foram definidas três ordens de grandeza. Assim, a relevância conferida a cada relíquia dependia agora da sua ligação, mais ou menos directa, a Cristo ou aos santos. Faziam parte da primeira, e mais importante, as diversas partes retiradas do corpo do santo, como sejam ossos, unhas, dentes, língua, cabelo, etc. Num plano imediatamente inferior valorizavam-se os objectos que tinham estado em contacto directo com o seu corpo, como vestes, elementos do martírio, pertences pessoais, etc. Finalmente, a terceira e última ordem, incluía os objectos que haviam tocado nas relíquias de primeira e segunda ordens, como sejam os próprios relicários [1].

Como resultado do reforço da importância espiritual das relíquias, as novas posturas tridentinas, acabariam por incentivar a que catedrais, igrejas e conventos procurassem granjear estatuto e riqueza através da posse destes testemunhos sagrados. Em muitas casas monásticas, sobretudo nas de maior prestígio, era comum várias relíquias serem expostas ou guardadas religiosamente sob a chave dos priores, ou na posse particular de alguns religiosos.

## Testemunhos de relíquias no Convento de Jesus de Aveiro

A existência de relíquias no Convento de Jesus de Aveiro (1461) é referida praticamente desde a sua fundação. Testemunhas dos processos canónicos desenvolvidos com vista à beatificação e mais tarde à canonização da princesa Joana, relataram a existência de diversas relíquias guardadas no altar de S. Domingos do coro alto, bem como na sala de labor, na sacristia e na posse particular de algumas irmãs [2]. Tratava-se de relíquias pertencentes a diversos santos, entre os quais daquela que desde logo foi intitulada como santa, a princesa Joana.

Como referem as diversas fontes documentais a que faremos alusão neste texto, algumas destas relíquias eram propriedade do convento, mas outras, retiradas pelas próprias freiras para fins particulares, conservavam-se na posse privada das religiosas [2]. Certo é que, independentemente de quem as detinha, era habitual as relíquias serem cedidas temporariamente a religiosas, deste ou de outros conventos, bem como à população em geral que, em hora de aflição, acedia à roda em busca de auxílio. Estes empréstimos, constituíam, por isso, uma importante fonte de rendimento para o convento, que, assim, via na multiplicação de relíquias um relevante meio para aumentar as suas receitas.

## Início do culto e constituição das relíquias da princesa Joana

O Convento de Jesus de Aveiro, desde cedo reuniu mulheres da mais alta nobreza portuguesa, realidade à qual não foi alheio o facto de em 1472 ter dado entrada no convento a Infanta D. Joana (1452-1490), filha do Rei D. Afonso V e de D. Isabel [2].

Os primeiros anos desta casa secular, e a vida da princesa em particular, encontram-se descritos no texto intitulado *Memorial da Muito Excelente Princesa e Muito Virtuosa Senhora, ha Senhora Iffante Dona Johanna Nossa Senhora*. Trata-se de uma crónica escrita por Margarida Pinheira, religiosa que exerceu o cargo de sacristã no Convento de Jesus no tempo da princesa e que descreveu a vida do convento de 1461 a 1529, ano em que deixou Aveiro para ingressar num convento em Setúbal.

Apesar do seu ingresso na clausura, razões de Estado fizeram com que o Rei e a corte se opusessem determinantemente a que a princesa professasse, acabando esta por fazer apenas os votos religiosos em privado e vivendo uma vida monástica sujeita a regras semelhantes às das restantes *irmãs*, sem nunca esquecer o zelo pelos mais necessitados.

Tinha apenas 38 anos quando adoeceu gravemente. Na véspera da sua morte, a infanta, a sós com a priora D. Maria de Ataíde, pediu-lhe que, chegada a sua hora, a enterrasse, vestida com o hábito da ordem, na sala do coro-baixo [2]. Respeitando o seu desejo, após o seu

falecimento, as religiosas vestiram-na com “hábito e toucado de dominicana, como em vida, as mãos postas sobre o peito e as pontas dos pés a emergir das fimbrias de almáfega da Túnica” [2].

Em seguida, ao invés da habitual tumba ricamente ornamentada [3], a infanta foi enterrada, de acordo com o seu desejo, em campa rasa, junto ao comungatório do coro-baixo, sem cuidados especiais no seu ataúde, sendo este fechado com duas tábuas pregadas. Finalmente, o caixão foi coberto com terra e colocado um pano de lã preta sobre a sepultura [2].

A partir de então iniciou-se a veneração pela sua memória, com as freiras e a população a atribuírem-lhe milagres e prodígios. As manifestações de fé junto do túmulo tiveram início desde logo, sendo muitos os relatos de religiosas que, gravemente doentes, usavam a terra da sepultura para alívio dos seus males, sendo agraciadas com curas milagrosas [2-4]. Rapidamente a fama da sua santidade se propagou pela vila e arredores, estendendo-se a todo o país e chegando mesmo a outros reinos [2].

Em 1577, a cura prodigiosa da priora D. Jerónima de Castro deu azo a novas manifestações de fé. Terá sido este episódio que terá levado à primeira trasladação das ossadas da princesa. Assim, a priora, em agradecimento pela *graça* concedida, mandou recolher as ossadas num caixão em forma de baú, o qual foi inserido num outro caixão, e colocado sobre uma peanha de pedra no centro da sala do coro-baixo, cercado por grades de pau-preto. Aproveitando a ocorrência, as religiosas retiraram terra da sepultura para um vaso de barro, sendo este colocado no coro baixo junto ao túmulo [5]. Nesta mesma altura a sala foi lajeada com pedras muito largas cobrindo assim a sepultura primitiva [2].

A abertura do caixão sucedeu por diversas vezes, já que as freiras encontraram no manuseamento das relíquias uma forma de acudir às suas aflições. Uma testemunha do primeiro processo de beatificação relatou que, corria o ano de 1580, quando, estando sóror Madalena do Sepulcro muito doente, a levaram à campa “abriram o cofre da ossada da dita princesa, retiraram a caveira e meteram-na no estômago da doente” acabando esta por se curar [2].

No ano de 1599 foi realizado um novo esforço para melhoramento do túmulo, na época considerado demasiado mesquinho. Não tendo o convento os meios necessários para suportar tal empresa, D. Inês de Noronha, priora recentemente reeleita, dirigiu um pedido de ajuda ao rei D. Filipe II. O novo túmulo foi pago com os 50.000 reis, que, por ordem real, foram tirados do arrendamento das sisas da Vila de Esgueira referentes ao ano de 1601. Assim, em 1602, o caixão das relíquias foi guardado noutra de maior grandeza, em ébano, coberto de chapas de bronze dourado, sendo este colocado num supedâneo de pedra de Outil, cercado de grades torneadas com iguais ornatos de bronze. Aproveitando a ocasião da trasladação, mais uma vez foram retirados ossos e tecidos, destinados a fazer novas relíquias.

Os relatos das repetidas *graças* obtidas pelo contacto com as relíquias não passaram despercebidos aos

superiores da Ordem Dominicana nem às autoridades eclesiásticas diocesanas, pelo que em 1626, foi dado o primeiro passo canónico para a beatificação da infanta, baseando-se este pedido na sua fama de santidade [5].

O processo de beatificação de um *servo de Deus* obrigava ao desenvolvimento de dois processos paralelos, o informativo, feito pelas autoridades do Ordinário (pelo prelado), e o apostólico, feito por autoridade da Santa Sé. Por outro lado, a elevação a beata podia ser justificada de duas formas: por virtudes heróicas ou milagres feitos por sua intercessão, ou por culto imemorial, sendo que este último pressupunha que a prova de culto tivesse mais de 100 anos ininterruptos.

Seguindo os trâmites legais, o processo completo de beatificação da princesa decorreu entre 1626 e 1693 e compreendeu na prática seis processos, sendo os três primeiros ordinários e os restantes apostólicos [5].

O primeiro processo foi requerido pela priora sóror Maria ou Mariana de Belém Coutinho e mais religiosas do Convento de Jesus, pela Câmara e pela nobreza da vila de Aveiro, e baseou-se nos relatos dos milagres ocorridos após a morte da princesa. Iniciado em 1626, foi juiz de causa o bispo de Coimbra D. João Manuel (1625-1633) [2]. O rol de testemunhas incluiu, entre outros, membros da mais alta nobreza e religiosas do Convento de Jesus. Pretenderam estas inquirições saber da autenticidade do livro de Margarida Pinheira, sacristã contemporânea da princesa, autora da crónica da fundação e da vida da princesa D. Joana, bem como testemunhar a veracidade das virtudes de santidade da princesa e dos relatos de milagres.

As várias testemunhas chamadas atestaram o primeiro milagre constante do processo, o da existência de um vaso colocado junto à grade do coro baixo onde era guardada a terra da sepultura da princesa. Estas testemunharam ser habitual muito povo visitar o seu sepulcro com grande devoção, pedindo terra da sua sepultura com o intuito de a usar na cura das suas enfermidades [6]. Testemunharam, ainda, que o mesmo faziam as religiosas e serviçais [5]. Igualmente confirmaram os efeitos milagrosos da terra da sepultura quando dissolvida em água e ingerida.

A terra, guardada num vaso de barro, fechado sob a chave da priora, era todos os anos retirada em grande quantidade, embrulhada em papel, e facultada aos enfermos. Milagrosamente, e sem nunca ser repostada, nunca se viu o nível da terra diminuir. Disso deram testemunho de fé numerosas testemunhas inquiridas ao longo do processo.

Outros milagres relatados no processo de beatificação diziam directamente respeito a outra relíquia, o cinto da princesa. Este era usado em mulheres com infecções ou em dificuldades de parto e no alívio de outros padecimentos, como febres, dores de ouvidos ou na cura de aleijados [5]. Muitas vezes as relíquias eram transportadas para o exterior do convento num cofre de marfim e levadas àqueles que padeciam, sendo posteriormente devolvidas ao convento. O mesmo acontecia com o crânio da princesa, por diversas vezes retirado do túmulo, cedido a

enfermos que, quando o colocavam sobre a zona doente, se viam curados das maleitas.

Em 1649, decorriam ainda as inquirições quando, ainda no âmbito do processo de beatificação, frei João de Vasconcelos, pregador régio e inquisidor do Tribunal do Santo Ofício, veio a Aveiro examinar as relíquias, procedimento indispensável num processo desta natureza. Retirando do túmulo os restos mortais da infanta, examinou-os e envolveu-os numa toalha de linho cosida e atada com fita de fios brancos, e colocou o envoltório novamente no caixão.

Apesar dos inúmeros testemunhos, a falta de rigor na apresentação do processo de beatificação acabaria por inviabilizar o sucesso da empresa, obrigando a uma mudança de estratégia. Neste sentido, em 1686 o processo foi retomado assentando já não na fama de santidade da princesa, mas na existência de um culto imemorial [2].

O novo processo informativo compreendeu quatro partes: um sumário das virtudes, culto imemorial, veneração e milagres da princesa Joana; a descrição das vistorias a espaços do Convento de Jesus e exame dos objectos e livros do mesmo convento; um traslado de partes dos textos de livros impressos referentes à vida e virtudes da princesa D. Joana; e o visto do processo pelo promotor de justiça e sentença do bispo D. João de Melo.

As inquirições à grade começaram no ano de 1687. No seu decurso surgiram relatos de relíquias guardadas pelas freiras num bauzinho de marfim, contendo o cinto ou correia da Santa princesa, sendo este emprestado para fora do convento para curar enfermidades ou situações de risco de parto. Outras testemunhas referiram que a madre priora possuía guardada numa boceta um cinto ou correia e alguns cabelos que tinham sido cortados numa das trasladações. Outra, ainda, afirmou que na primeira trasladação tinham sido retiradas várias relíquias como um estomático e cabelos, e colocadas em caixas e cofres de marfim que se encontravam debaixo da chave da prelada. Angélica Maria, testemunha no processo da cura do padre Filipe, é quem descreve pela primeira vez a relíquia designada por estomático ou estomagal. Tratava-se de uma espécie de colchão, atado com um cinto de tafetá encarnado, que era guardado num cofre de marfim. Este era pousado sobre o estômago dos enfermos para obter a cura de diversas maleitas [2].

De realçar que as relíquias não somente eram usadas para alcançar a cura milagrosa de doenças ou infertilidade, mas também para pedir o sucesso em negócios importantes [6]. Tais benesses eram, muitas vezes, agradecidas pelos crentes com generosos donativos em dinheiro ou em espécimes, o que resultava em importantes benefícios para o convento [7].

Em 1689, a visita do bispo conde D. João de Melo (1684-1704) a Aveiro, para preparação do processo canónico, revelou-se igualmente uma importante fonte de informação. No seu relato, o caixão exterior onde se encontravam os ossos relicários foi descrito como sendo em pau-preto com marchetados de bronze. Tinha dentro

outro de pau pintado de azul com estrelas douradas e, dentro deste, um outro aberto e sem tampa também em madeira. Aí se encontraram as relíquias embrulhadas numa toalha de linho atadas com uma fita de linhas brancas. Nessa altura, o bispo adorou-as, deu-as a beijar às religiosas sem as descobrir e voltou a colocá-las no caixão. De seguida subiu ao coro-alto para examinar as restantes relíquias que se guardavam numa gaveta num altar de S. Domingos, juntamente com relíquias de outros santos e cuja chave estava na posse da priora [2]. Dentro encontrou uma bolsa de damasco carmesim com cordões de retrós. Embrulhado num tafetá amarelo estavam parte do escapulário e da camisa com que falecera a infanta, os quais haviam sido cortados para se darem aos devotos como relíquias. Num tafetá roxo, encontrava-se ainda um papel com uma madeixa de cabelos. Nessa altura foram retirados alguns cabelos para serem enviados ao rei e à rainha, bem como outras relíquias para serem enviadas para Roma [6].

Passando à sacristia (sala do tesouro no 1.º andar, ao lado da capela-mor), foi verificado o cofre de marfim marchetado, habitualmente guardado num armário junto dos cálices. Aí se mantinha uma bolsa de veludo encarnado, com uma fita que lhe servia de cordão, tendo duas relíquias no seu interior: o cinto de couro coberto e forrado de chamalote azul com uma trancinha de ouro e fechos de prata, e o estomagal acondicionado num tecido de tafetá azul.

Entretanto, o processo de inquirição de testemunhas teve o seu seguimento noutras zonas do país, nomeadamente no convento dominicano de Lisboa. Vários testemunhos de frades atestaram a utilização de relíquias da princesa para a cura de vários males de saúde. Foi o caso de frei Bento de Santa Catarina, que relatou que, estando doente frei Diogo da Encarnação, lhe dera uma relíquia de parte da camisa da princesa e que este a tomou com tanta fé que no outro dia se sentiu melhor, mandando-lhe fazer um retábulo [2].

A instrução do processo continuou com a junção de documentos e provas, tendo este sido fechado a 13 de Junho e entregue à Sagrada Congregação.

A 4 de Abril de 1693 e com o auxílio do rei D. Pedro II, o papa Inocêncio XII passou finalmente o breve de beatificação da princesa, concedendo-lhe o culto no país inteiro e na Ordem dos Pregadores.

Passados apenas quatro anos, a priora do Convento de Jesus, Mariana de S. Joseph, e o prior de S. Domingos, frei Pedro Monteiro, dirigiram-se a Lisboa com o intuito de expressar ao rei D. Pedro II a vontade de erigir um mausoléu digno das relíquias da princesa.

Na sequência deste pedido, El-rei não só encarregou o prior de S. Domingos da direcção de obra, como solicitou ao arquitecto real João Antunes que desenhasse o túmulo, mandando igualmente que se renovassem as paredes e tecto da sala do coro [2]. Corria o ano de 1698.

Em 1701, foi sóror Isabel da Visitação quem mandou lavar um cofre relicário para colocar o escapulário, a túnica e o cinto com que tinha morrido a princesa. A

partir de então, o cofre passou a ser facultado à grade, para socorrer as mulheres em dificuldades de parto, com problemas de fertilidade, bem como para auxiliar na cura de doenças.

A 28 de Agosto de 1711, foi finalmente aberto o caixão na presença do bispo D. António de Vasconcelos e Sousa (7.º neto de Afonso V e 6.º sobrinho da princesa) e colocadas as relíquias à veneração. Crânio e ossadas foram passados de uma toalha de linho para uma de cambraia e metidos num caixão de veludo carmesim. Antes de fechar o túmulo foram colocados, no interior, os caixões sucessivos em que haviam estado as ossadas, bem como o termo de autenticação das relíquias

devidamente assinado, ficando dele treslado no cartório do convento. Só então foi fechado o último caixão com três chaves, ficando estas na posse do bispo conde, do rei e da priorisa.

Não tardaram muitos anos para que se iniciassem esforços no sentido de obter a canonização da princesa. Em Maio de 1740 a priorisa D. Arcângela Maria retomou a causa, pedindo ao rei que concorresse com o seu real patrocínio e ajuda. Contudo, as difíceis relações da Santa Sé com a coroa portuguesa (1720-1723) acabaram por esfriar o processo, e só em 1749 se iniciaram as novas inquirições e reunião de provas [2], vindo o processo a estar concluído e a ser enviado para Roma em 1752, já



**Figura 1.** Cofre relicário em prata e vidro, que encerra o escapulário, a túnica e o cinto do hábito da Princesa Santa Joana. Fotografia: Museu de Aveiro.

com a priora s or Paula de Jesus. Todavia, este nunca chegaria a ser concluído em Roma [5].

Corria o ano de 1750 quando o túmulo foi aberto pela última vez na presena do bispo conde, procedendo-se novamente ao exame das relíquias [2]. Desta vez tomaram-se precaues can nicas para evitar que fossem retiradas mais relíquias, promulgando-se a pena de excomunhão para quem o fizesse. Durante a cerim nia, junto à grade, tocaram-se nas relíquias com inúmeros objectos e distribuiu-se a água com que se haviam lavado os ossos.

Para além das ossadas do túmulo foram ainda analisadas outras relíquias, muitas constituídas por ossos guardados pelas freiras, que assim foram chamadas a apresentá-las como testemunhos [2]. Na sacristia foi aberto o cofrezinho de marfim com o estomático e ainda o cofre de prata com a camisa, o escapulário e o cinto da princesa, a que já fizemos referência.

Como facilmente pudemos verificar pelas inquiries feitas no âmbito dos diversos processos de beatificao e canonizao, e pelos testemunhos das diversas trasladaes, a dispersão e conseqüente multiplicao das relíquias, por fraccionamento ou contacto com tecidos ou receptáculos envolventes, foi frequente e inevitável. Em cada abertura foram retiradas relíquias, parte para distribuir pelas religiosas, outras destinadas a bustos relicários, cruzes, etc. [2]. De realar que às datas de

1577, 1580, 1602, 1640, 1689, 1711, 1750, anteriormente referidas, deverão ser ainda acrescentadas as aberturas particulares feitas pelas religiosas, das quais, a ocorrida em 1586 com a doena da madre Madalena do Sepulcro foi apenas um exemplo [2].

Como conseq ncia, vários relicários foram mandados fazer no período de vida do convento para guardar relíquias da princesa, tendo dois deles sido integrados na coleco de talha do Museu de Aveiro, museu este instalado do edifício do antigo Convento de Jesus. O primeiro, um quadro relicário em talha dourada com frente envidraada (n.é de inv.  548/B), datado do século XVIII, cont m relíquias de vários santos, entre as quais uma da princesa Joana. O segundo, um prisma relicário de madeira e vidro, do século XVII-XVIII, parte de um conjunto de quatro peas idênticas, guarda, entre outras relíquias, um osso e um fragmento de pelica da uma luva da princesa.

### O cofre relicário

Como já referido anteriormente, a concessão de *graas* associada ao uso das relíquias levou a que, em 1701, a priora D. Isabel da Visitao encomendasse a feitura de um cofre de prata para acondicionar as relíquias até a  conservadas no altar de S. Domingos do coro alto, e na sacristia [2] (Figura 1). Esta pea (23,5 cm × 14,1 cm ×



**Figura 2.** Inscrio da base do cofre: “sendo. prioreca am. sor. Izabel. davisitao. Na.1701”. Fotografia: Museu de Aveiro.



**Figura 3.** Estojo do cofre relicário em madeira, pergaminho e tecido. Fotografia: Museu de Aveiro.

24,7 cm) encontra-se desde 1912 integrada na coleção de ourivesaria do Museu de Aveiro (n.º de inv.º 2/D), sendo uma das relíquias transportadas anualmente na procissão de 12 de Maio, dedicada à padroeira da cidade, a Princesa Santa Joana.

De ourives desconhecido, é feito em prata fundida, puncionada, cinzelada e incisa e apresenta as faces em vidro, sendo a tampa rematada pelas armas reais portuguesas e pelas armas dominicanas. A tampa, amovível, fecha com elementos em rosca nos quatro cantos da peça. No fundo do cofre destaca-se a inscrição “sendo. prioreca am. sor. Izabel. davisitação. Na.1701”, mandada gravar pela encomendante (Figura 2).

Também da encomenda do cofre constou certamente o estojo que o protege (Figura 3). Feito em madeira, é forrado exteriormente com pergaminho pintado e no interior com tecido de damasco vermelho. Dada a permanência do cofre no convento e a frequência com que o este terá sido aberto em situações de aflição, é natural que o estojo tenha tido pouca serventia. Contudo, teve certamente um papel fundamental na conservação da peça, nomeadamente no período das invasões francesas (1808). Nesta altura, mandou Napoleão que os seus generais recolhessem todas as pratas e demais bens preciosos das igrejas, capelas e confrarias e que os encaminhassem para a Casa da Moeda para serem fundidos. No caso das regiões da província, as peças deveriam ser entregues na casa dos recebedores das décimas, os quais as remeteriam para Lisboa. Cumprindo o estabelecido, as religiosas viram-se, também elas, obrigadas a entregar diversas alfaias, conseguindo, no entanto, enterrar algumas de maior valor, nomeadamente o cofre e outras peças de ourivesaria, no canavial junto à cerca, salvando-as assim da rapina francesa [2].

## Relíquias: escapulário, túnica e cinto

Tal como noutros conventos, logo após a sua fundação, o Convento de Jesus de Aveiro foi dotado de um conjunto de regras destinadas a reger o quotidiano conventual, regras essas vulgarmente designadas por *Constituições*. Estas, abrangiam os mais variados aspectos da vida religiosa, sendo desde logo um dos capítulos dedicado ao uso do vestuário no interior da clausura. Assim na *regra* pode ler-se:

As nossas freyras trazerem vestiduras de laam honestas, e que nom sejam notavelmente prezadas e rriquas, e princjpalmente se goarde a villeza do uestido, nos mantos de cyma. Podem trazer pellico antre as duas sayas, o qual seja mays curto que cada huma dellas. [...] As sayas de cima cheguem ates os calcanhares. E os scapulayros com que sempre deuem andar, sejam mays curtos que as sayas. Tenham cocos, cubertura da cabeça e ueeos, segundo for necessario, e a fazenda da casa sofrer. Nom tenham luuas [2].

Este texto, contemporâneo da princesa, permite-nos conhecer com grande pormenor as diferentes peças que compunham o hábito dominicano, os materiais em que eram confeccionadas, bem como as regras obrigatórias para o seu uso.

A partir desta informação, consultámos a descrição do *Memorial* sobre as peças encerradas no cofre relicário. Refere esta fonte documental que o cofre encerrava uma “parte do hábito, o rosário e outras peças de vestuário da princesa Santa” [8], deixando a ideia de que às peças hoje conhecidas se juntariam outros elementos do hábito da princesa. Esta será, contudo uma possibilidade pouco verosímil dada a ocupação da totalidade do espaço interior do cofre.

De facto, a recente abertura do cofre revelou no seu interior a existência de apenas duas peças têxteis, um escapulário e uma túnica, bem de como um cinto de couro (Figura 4).

É sobre estas peças que nos iremos debruçar com mais atenção.



**Figura 4.** Abertura do cofre relicário. Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 5.** Escapulário pertencente ao hábito da Princesa Santa Joana. Fotografia: Ana Andrade.

O escapulário, veste que integra o hábito de várias ordens religiosas, consiste numa longa tira de tecido, usada sobre a túnica, com abertura a meio para inserir a cabeça, de forma a cair sobre o peito e sobre as costas.

A peça encerrada no relicário (Figura 5), sendo tecida em lã de tom cru, apresenta um padrão geometrizado (Figura 6). O decote é quadrangular, com os cantos arredondados. Ambas as faces, anterior e posterior, se encontram truncadas, sensivelmente a meia altura da peça, apresentando ainda significativas falhas de material resultantes de cortes feitos com tesoura. Esta ausência de material justifica-se, seguramente, pelas diversas subtrações de tecido, realizadas intencionalmente com o intuito de fazer novas relíquias. Sem possibilidade de proceder a uma análise laboratorial da peça, e centrandonos, mais uma vez, na investigação documental, foi encontrado, no arquivo administrativo não classificado do Museu de Aveiro, um registo datado de 1985 relatando a deslocação ao museu da então técnica responsável pelo Departamento de Restauro de Têxteis do Instituto José de Figueiredo, senhora D. Maria José Taxinha. Segundo essa mesma nota, a especialista terá dado como provável o escapulário ser do século XV, já que se tratava de uma tecelagem idêntica à observada no loudel de Rei D. João I, peça com datação já confirmada. Tal informação, a comprovar-se, posicionaria a peça entre 1473 e 1490, anos correspondentes à sua entrada para o convento e à sua morte, respectivamente. De realçar, no entanto, que esta é apenas uma hipótese carecendo de confirmação laboratorial.

Já relativamente à túnica (1,30 m de altura  $\times$  2,55 m de largura) (Figura 7), verificou-se ser uma peça de linho, em tafetá, com corte evasé e decote raso, totalmente aberta na parte posterior, fechando com atilhos (Figura 8).

Tal como o escapulário, também a túnica se encontra incompleta, faltando-lhe a totalidade da parte posterior e uma parte na zona inferior da manga direita, certamente



**Figura 6.** Pormenor do tecido do escapulário. Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 7.** Túnica pertencente ao hábito da Princesa Santa Joana. Fotografia: Ana Andrade.

pelas mesmas razões acima apresentadas (Figura 9). Neste caso, a vulgaridade do tecido e da técnica de tecelagem tornam ainda mais difícil a sua datação. Será, contudo, importante referir que as costuras de ambas as peças (Figura 10) são em tudo semelhantes e ambas apresentam pequenas manchas acastanhadas que, segundo a crónica, seriam manchas de sangue decorrentes da doença que teria provocado a morte da infanta, a tuberculose (Figura 11). Sem acesso a recursos laboratoriais, foram feitos testes simples com água oxigenada sobre várias destas manchas para observar a reacção às enzimas que atuam por oxidação (oxidases). O facto de os testes não terem dado a efervescência habitual de um teste positivo, pode ser justificado pela antiguidade das manchas (Figura 12). Apesar de não nos ter sido possível fazer outro tipo de análises, já que tais procedimentos acarretariam custos incomportáveis no âmbito desta investigação, o interesse em sujeitar ambas as peças a exames laboratoriais profundos, com vista à aproximação à data de fabrico, é por demais evidente.

Tendo tido conhecimento que em Portugal a datação de têxteis é feita exclusivamente por radiocarbono, ou carbono-14, e que a única instituição científica apta a fazê-lo é o Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), contactámos o director do Laboratório de Engenharia Nuclear (LEN) e

Vice-Presidente do IST para o pólo de Loures, Professor Doutor José Gonçalves Marques, para indagar dessa possibilidade. Fomos informados de que esta não seria a metodologia mais indicada para este caso específico, na medida em que o exame obrigaria à recolha de uma amostra com 1 grama de carbono, o que resultaria na destruição de uma



**Figura 8.** Pormenor do tecido da túnica. Fotografia: Ana Andrade.

quantidade apreciável de tecido. Foi-nos então sugerido fazer uma análise através de espectrometria de massa com acelerador (AMS), um método usado nalguns centros de investigação tecnológicos europeus e que se revela menos destrutivo, já que utiliza amostras de menor dimensão (cerca de 10 mg). Infelizmente, apesar dos esforços desenvolvidos pelo LEN junto de outros laboratórios europeus, não conseguimos quaisquer resultados a tempo da publicação do presente artigo.

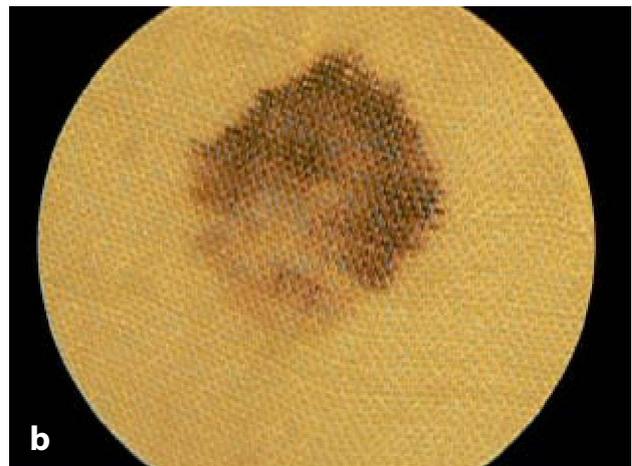
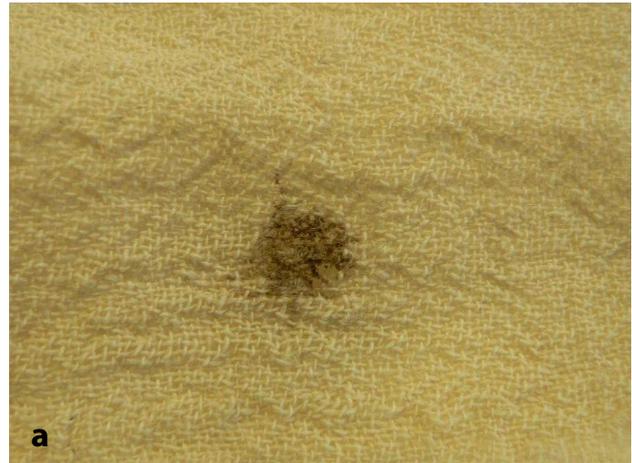
Finalmente o cinto ou, como por vezes surge designado na documentação antiga, a correia, é constituído por uma estreita tira em pele castanha escura, de 8 por 3 cm (Figura 13). Este apresenta seis furos contornados por aplicações losangulares em prata, com decoração em resplendor. Destes seis furos, cinco são sequenciais, estando o sexto localizado na extremidade da peça, rematada em bico. A outra extremidade do cinto foi cortada, tendo apenas um pequeno orifício na ponta (Figura 14). Conforme já referido, o cinto era usado frequentemente para pedidos de auxílio de graças, nomeadamente, nas dificuldades de



**Figura 9.** Pormenor dos cortes realizados na manga da túnica. Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 10.** Pormenor das costuras da túnica, idênticas às do escapulário. Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 11.** Exemplo de uma das manchas do que se pensa poder ser sangue da princesa Joana (a) e visão microscópica (b). Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 12.** Teste realizado com água oxigenada na mancha do que poderá ser sangue da princesa. Fotografia: Ana Andrade.

parto, situações de infertilidade ou outro tipo de aflições. Sabemos que antes da encomenda do cofre relicário de prata onde foi guardada esta relíquia, existia um outro cofre mais antigo onde este era transportado para fora da clausura, sendo depois devolvido à comunidade.



**Figura 13.** Cinto pertencente ao hábito da Princesa Santa Joana tal como se apresentava no interior do cofre. Fotografia: Ana Andrade.



**Figura 14.** Cinto do hábito em toda a sua extensão. Fotografia: Ana Andrade.

O facto de se encontrar incompleto deverá, mais uma vez, ser resultado de uma necessidade de criação de novas relíquias, tal como terá acontecido com as duas peças anteriores.

Em conclusão, e após uma aturada análise documental e bibliográfica do percurso das relíquias da princesa no Convento de Jesus ao longo de cinco séculos, e da observação directa e cuidada das peças presentemente acondicionadas no cofre relicário, julgamos existir uma forte probabilidade de poderem tratar-se realmente de testemunhos do século XV, pertencentes à princesa Joana. Contudo, apenas uma investigação mais completa com recurso a uma análise laboratorial das peças, poderá confirmar estas fortes suspeitas.

Sendo de todo o interesse, numa altura em que se reabriu o processo canónico para a santificação da princesa

D. Joana, poder concluir-se este estudo, e clarificar quaisquer dúvidas que ainda persistem, deixamos aqui o repto para que, aproveitando as sugestões do Professor Doutor José Marques, que incansavelmente nos ajudou a encontrar uma solução para a datação dos têxteis, se possam vir a submeter as peças a uma análise por espectrometria de massa com acelerador na ETH Zurique, de forma a obter a real datação das peças.

## Referências

- 1 Bluteau, R., *Vocabulário Portuguez & Latino: Aulico, Anatomico, Architectonico*, vol. 8, Coimbra (1721).
- 2 Santo, D.M., *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*, Companhia de Diamantes de Angola, Lisboa (1963-1965)
- 3 Buescu, A. I., 'A morte do rei. Tumultuação e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)', *Ler História* **60** (2011) 9-33, <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1443>.
- 4 Madahil, A. G. R., 'Auto da vida de Santa Joana', *Arquivo do Distrito de Aveiro* **35** (1969) 113-121.
- 5 Neves, F. F., *O Primeiro Processo para a Beatificação e Canonização da Princesa Santa Joana, Filha do Rei Afonso V*, Aveiro (1958).
- 6 Neves, F. F., *O Processo Informativo de 1687 para a Beatificação e Canonização da Princesa Santa Joana, Filha do Rei D. Afonso V*, Aveiro (1959).
- 7 Madahil, A. G. R., *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana, Filha do Rei D. Afonso V (Códice Quinhentista)*, Aveiro (1939).
- 8 Gomes, M., *Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Collegio de Santa Joana Princeza, em Benefício dos Pobres de Aveiro*, Aveiro (1895), pp. 8 e 80.

**Recebido:** 2018-7-3

**Revisto:** 2018-10-8

**Aceite:** 2018-12-6

**Online:** 2018-2-5



Licenciado sob uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite  
<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt>